



AS “BICHAS” RESISTEM E REINVENTAM A ESCOLA – À MEDIDA DO POSSÍVEL: NOTAS ETNOGRÁFICAS SOBRE EXPERIÊNCIAS ESCOLARES LGBT EM FORTALEZA/CE.

José Ricardo Marques Braga¹

RESUMO

Fruto do diálogo teórico-metodológico entre a Antropologia e a Educação, essa pesquisa, de caráter qualitativo e de perspectiva etnográfica tal qual pensada por Peirano (2014), foi realizada em 2017 em escolas públicas da periferia de Fortaleza. A intenção do texto é explorar a miscelânea de experiências de estudantes LGBT que tomam lugar no seio das instituições escolares investigadas, compreendendo a relação que estabelecem com o universo escolar e analisando como tais jovens experimentam o tempo da escola. Apesar de o discurso oficial escolar partir de uma suposta igualdade de tratamento e modos similares de viver a escola, a pesquisa verificou a sexualidade como potente marcador social da diferença, observando como a humilhação, invisibilidade e ausência de reconhecimento marcam fortemente os jovens interlocutores. Apesar disso, a existência – e resistência – de uma juventude descolada das normas hegemônicas do gênero (BUTLER, 2012) abala as estruturas dos espaços escolares que desejam produzir corpos e subjetividades “normais” (LOURO, 2000; FOUCAULT, 1988). Assim, apesar das tentativas de apagamento e aniquilamento das existências e subjetividades desviadas, estas continuam a existir, resistindo à violência perpetrada, criando fissuras na heteronorma que rege os espaços escolares. Se a escola os faz acreditar, cotidianamente, que ali não há espaço para suas afetividades e existências, as “bichas” enfrentam – de diferentes formas e intensidades – as inúmeras formas de opressão engendradas nas escolas e resistem, mesmo que nas bordas, à ordem estabelecida, visando aproveitar as vantagens sociais que a experiência escolar formal traz.

Palavras-chave: Juventude LGBT, Experiências escolares, Gênero.

INTRODUÇÃO

O texto que apresento é fruto de trabalho de campo realizado em três escolas públicas da cidade de Fortaleza/CE, em área considerada periférica, apresentando, de maneira geral, características socioeconômicas similares. O objetivo da pesquisa orbita em torno da compreensão das experiências de jovens estudantes que compartilham – assumidamente – sexualidades periféricas, não reproduzindo as performances de gênero hegemônicas, que rompem com a ideologia da complementaridade dos sexos, tão naturalizada pelas instituições escolares (BENTO, 2011). A intenção do texto é explorar a miscelânea de experiências de estudantes LGBT que tomam lugar no seio das instituições escolares investigadas,

¹ Professor substituto da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) e doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (URFN). Pesquisador do Grupo Gênero, Corpo e Sexualidade (GCS/UFRN), cadastrado no diretório dos grupos de pesquisa do CNPq. E-mail: ricardo_sociologia@hotmail.com



compreendendo a relação que estabelecem com o universo escolar e analisando como tais jovens, considerando sua sexualidade, experimentam o tempo da escola.

Partindo do princípio de que a pedagogia da sexualidade (LOURO, 2000) implantada nas escolas marginaliza e violenta identidades sexuais em dissonância das normas dominantes, produzindo seres abjetos que vão sendo gradualmente expulsos dos espaços escolares (BENTO, 2011; COSTA NOVO, 2015; OLIVEIRA, 2017), interessa observar os meandros dos cotidianos escolares para perceber como se constroem as relações desses jovens com os espaços da escola e os atores sociais que os compõem, como gestores, professores, funcionários e toda a comunidade escolar. Pretendo mostrar que, mesmo não negando as mais diversas formas de violência, negação e invisibilidade aos quais estão sujeitos, estes jovens produzem estratégias de sobrevivência neste espaço, construindo linhas de fuga que permitem, em alguns casos, a ressignificação da escola.

Aqueles que não inscrevem em seus corpos os sinais da masculinidade/feminilidade impostas e que, portanto, não exibem uma concordância entre gênero, sexualidade e corpo (BENTO, 2006) estão sujeitos a um percurso escolar marcado pela violência, seja física ou moral. Desafiar a norma heterossexual impõe aos sujeitos itinerários de exclusão implícita – através do silenciamento e invisibilização de jovens LGBT – ou explícita, através de tratamento discriminatório que se materializa em piadas, insultos e ritos de suplício na convivência escolar e na sala de aula. São os percursos e itinerários construídos entre os muros escolares por esses jovens estudantes – que longe de se constituírem numa uniformidade, são multidimensionais, plurais e complexos – a preocupação central da reflexão aqui proposta.

METODOLOGIA

Utilizando-se de um viés qualitativo de pesquisa, esse trabalho tem como norte uma perspectiva etnográfica (PEIRANO, 1995; 2014), não como simples método de pesquisa, mas como teoria vivida. Esta autora, ao propor a ruptura de uma dicotomia cristalizada na antropologia, a teoria/prática como campos opostos, onde a etnografia (prática) equivale aos dados coletados e a etnologia como sinônimo de teoria, a partir de grandes comparações, nos faz pensar sobre a “boa etnografia”. Peirano (2014) afirma que a “boa etnografia” é aquela que emaranha a teoria nas evidências empíricas, não distinguindo entre prática e teoria, pois elas são indissociáveis (PEIRANO, 2014). Dessa maneira, pretendo operar neste

empreendimento de pesquisa científica entendendo que a etnografia já é por si mesma uma perspectiva analítica e que os dados empíricos não precisam ser encaixados no molde de um referencial teórico pré-existente, pois são as próprias evidências empíricas de cada pesquisador que fazem pulsar as teorias existentes, reavivando-as.

Entrevistas semi-estruturadas e conversas informais também foram utilizadas no intuito de compreender os sentidos emaranhados tecidos e construídos pelos agentes sociais em questão, visando descortinar os significados das ações e experiências cotidianas.

DESENVOLVIMENTO

Em consonância com Foucault (1988), penso a escola como lócus de produção de corpos e subjetividades. É neste espaço que se produz – ou se tenta produzir – a cisgeneridade e a heterossexualidade desejáveis, ensinando em tudo, nos detalhes mais triviais do cotidiano, o modelo dominante de homem/mulher, bem como introjetar nos jovens estudantes os padrões de feminilidade e masculinidade hegemônicos. Através da discursividade sobre o sexo, o que Foucault (1988) chamou de “ortopedia discursiva”, a escola estabelece e fixa um “certo discurso razoável, limitado, canônico e verdadeiro sobre o sexo” (FOUCAULT, 1988, p. 31). Podemos observar, desta forma, em consonância com Vianna e Lowenkron (2017), que os “processos de Estado”, operados através dos agentes estatais – funcionários das escolas – articulam relações e violências de gênero, à medida que buscam construir corpos e subjetividades tidas como normais e saudáveis, a despeito da liberdade que os indivíduos possuem de se constituir no mundo.

O universo escolar, assim, constitui-se como panóptico dos gêneros (BENTO, 2006), construindo corpos e subjetividades pautados em proibições e afirmações, fazendo com que crianças e jovens interiorizem os enunciados performativos e uma estilística dos gêneros que os levem a uma cisgeneridade e heterossexualidade, que nada têm de natural segundo Bento (2006) e Louro (2000; 2014). De acordo com Berenice Bento, “a heterossexualidade não surge espontaneamente em cada corpo recém-nascido, increve-se reiteradamente por meio de operações constantes de repetição e de recitação dos códigos socialmente investidos como naturais” (BENTO, 2006, p. 88), onde a escola possui importância salutar na sua produção, em momentos como os mencionados, como apontam a tradição feminista e os estudos queer. A filósofa feminista Adrienne Rich (2010), ao analisar o que denomina de heterossexualidade compulsória, também compreende que o desejo heterossexual, longe de ser natural, é criado

pela ordem social na qual estamos inseridos, sendo reproduzido como imanente a todos os sujeitos.

As crianças e jovens “desajeitados”, aqueles que não estão em conformidade com aquilo que Gayle Rubin (1986) denomina de sistema sexo-gênero – suposta equivalência natural entre sexo e gênero – sofrem os terríveis efeitos das mais diversas violências no espaço escolar. O tratamento discriminatório, seja dos próprios colegas ou professores, é elemento basilar nos discursos dos jovens. Devo salientar que quanto mais esses jovens borram as fronteiras do gênero, mais se exerce sobre eles uma pedagogia da desmoralização, acentuando-se situações degradantes para esses jovens estudantes, através de insinuações, piadas, apelidos e algumas vezes agressões físicas. Pesquisa realizada pelo INEP (Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais) corrobora para pensarmos as dificuldades enfrentadas pelos jovens LGBT em contextos escolares, ao apontar que 87% daqueles que integram a comunidade escolar no Brasil possuem preconceito relacionado à orientação sexual (BRASIL, 2009). Segundo Megg Oliveira (2017), os espaços escolares estão, a todo momento, reafirmando a superioridade cisgênero e heterossexual, lançando para as margens aqueles desviantes das normas hegemônicas, impondo obstáculos quase intransponíveis a estes, enquanto os normatizados desfrutam dos privilégios que a heterossexualidade traz.

Inspirada em Foucault, Guacira Louro (2000) coloca que a formação do alunado, nos seus mais diversos aspectos – currículo, normas, linguagens, materiais didáticos e processos avaliativos – informam que tipo de corpo e sexualidade pretende se construir nos espaços escolares. Assim, através de múltiplos e discretos mecanismos – ora mais velados, ora mais explícitos – a escola produz, distingue e classifica corpos e mentes. As formas idealizadas dos gêneros – aprendidas na escola e em outras instituições – produzem efeitos na vida de crianças e jovens, pois constroem exclusões e ausência de legitimidade de maneiras outras de viver e estar no mundo. Neste sentido, o corpo encontra-se aprisionado por interdições e obrigações, com vistas a performar uma masculinidade/feminilidade aprendida desde a mais tenra infância e exigida nos mais diversos espaços experimentados. E as crianças e jovens estudantes que estão fora desses padrões? Como vivem e experimentam o espaço escolar fora das idealizações do gênero? Como seus corpos se expressam em dissonância de uma performatividade esperada? Como lidam com um corpo que “denuncia” reiteradamente sua homossexualidade?

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A dança sempre foi o encanto de Guilherme, estudante de uma das escolas investigadas, que conheci logo no início do trabalho de campo. Desde cedo, conforme relata, foi “iniciado” na atividade nas brincadeiras com as primas – apesar da repreensão da família. Mas, as dificuldades, inicialmente, foram enormes, por inúmeros motivos. Na escola, por exemplo, tinha vergonha de assumir que gostava de dançar, já que esta é uma atividade considerada tipicamente feminina e por saber, assim, que seus amigos zombariam ao saber do seu gosto pela dança. Como as atividades escolares são atravessadas pelo gênero, reproduzindo o mundo social que toma o corpo como realidade sexuada e signatário de uma divisão sexualizante (BOURDIEU, 2002) cabia ao garoto se interessar pelo futebol que, neste contexto, ocupa o lugar de prototípica instituição masculina, tal qual o boxe na realidade do gueto estudada por Wacquant (2000).

Na escola, também desde cedo, Guilherme aprendeu que não poderia adotar determinadas condutas, mas deveria aprender um repertório estilístico que era tradicionalmente masculino. Afirma que sempre se sentiu deslocado entre os meninos por não compartilhar de um *habitus* similar e, isto lhe causou uma série de momentos de sofrimento. Xingamentos como “viadinho”, “bichinha”, “mulherzinha” fazem parte de suas memórias escolares desde os primeiros anos, o que o fez, durante certo tempo, tentar modificar a si mesmo e a seus gestos corporais, sobretudo, pois como coloca Robert Connell (1995) masculinidades são corporificadas. Dessa maneira, as masculinidades são vivenciadas e performatizadas “em parte, como (...) posturas, habilidades físicas, formas de nos movimentar” (CONNELL, 1995, p. 189). Cansado de sempre ser alvo de deboche ao passar nos corredores da escola, Guilherme relata que chegou ao ponto de pagar a alguns meninos da rua onde morava para lhe “ensinar a andar como homem” e a jogar futebol, empreendimentos sem êxito, conforme o jovem. Observa-se, assim, como a tentativa de adequação à norma é um tempo de sofrimento, marcado por dificuldades e crises pessoais.

Com o decorrer do tempo, Guilherme deixa de buscar modificar a si próprio e a “não ligar para o que os outros dizem”, informa. Hoje, comporta-se como quer, dança em casa – não sem represálias – e na escola, utiliza, vez por outra, uma leve maquiagem e mostra orgulhosamente um caderno de cor predominantemente rosa, o que sempre quis, mas que só há pouco tempo dispôs-se a arcar com os custos de portar tal objeto. Nos primeiros dias em que se resolveu afirmar na escola o comportamento desejado e não o que lhe era imposto, Guilherme ainda passou por muitos momentos de sofrimento e humilhação entre os colegas, que lhe proferiam vários insultos. Segundo Didier Eribon (2008), a eficácia das injúrias

dirigidas aos gays está no seu poder de sujeição. Através da linguagem, os sujeitos adentram numa relação hierárquica que atribui ao sujeitado – aquele que recebe o insulto – um lugar subalterno. A partir do momento em que Guilherme, ao receber xingamentos e insultos por sua homossexualidade, não se sujeita ao lugar desvalorizado que querem lhe atribuir ao lhe chamar de “viadinho”, a tentativa de ofensa não se efetua e o jovem consegue sustentar sua existência, mesmo em um meio pouco afeito a recebê-lo.

Os meninos que não se adequam aos padrões estabelecidos da masculinidade vivem a escola como lugar de horror – embora, como vimos no caso de Guilherme, possa haver resistência diante dos atos de inferiorização. As piadas, insultos e agressões físicas fazem parte do cotidiano daqueles que desvirtuam do paradigma convencional da masculinidade, o homem como ser viril, forte, inserido no mundo público e distante da dimensão afetiva.

Ronaldo, estudante de 17 anos, afirma que, apesar de experiências de homofobia na escola (relata um episódio que, ao sair da escola, foi agredido sobre gritos de que aquele era um castigo por ser um “viadinho”), continua, como ele mesmo diz, “rebolando e fechando”, em alusão a sua estilística tida como afeminada. Assim, como nos mostra Amara Rodovalho (2017), a violência que atinge os indivíduos que afrontam e provocam fissuras no ordenamento constituído do gênero não provocará uma volta para o armário, continuarão, portanto, existindo e resistindo, a despeito de todas as múltiplas formas de tentativas de aniquilamento dessas populações. No entendimento deste jovem, sua presença no cotidiano escolar, desafiando as normas de gênero, representa um desafio de marcar presença e dizer que “não arreda o pé”, já que a “escola é para todos”. Ademais, informa que não terá o mesmo destino de suas amigas travestis, que afirmam terem sucumbido aos horrores do ambiente escolar para quem ousa borrar os gêneros inteligíveis.

Igor e Fernando, estudantes gays de outra escola, ambos com dezessete anos também vivem situação similar à de Patrícia. O namoro assumido diante da escola proporciona uma maior vigilância na rotina escolar dos jovens. A disciplina não opera sem resistência também neste caso. Fernando, por exemplo, afirma que estratégia que utilizam para garantir rápidos encontros é o banheiro durante o horário das aulas. Como nesse período, o banheiro é pouco movimentado e dificilmente terá um funcionário, os jovens combinam o horário para o encontro por mensagem pelo aplicativo *WhatsApp*. Solicitam, assim, ao professor (a) permissão para ir ao banheiro no mesmo momento – estudam em salas diferentes – e, dessa forma, podem desfrutar melhor da companhia um do outro. Segundo Fernando nunca houve problemas, sequer algum tipo de desconfiança por parte dos professores.

Os consumidores LGBT da escola fazem uma bricolagem com a norma, sempre que podem, tentando medir custos e benefícios – burlar a regra, mas evitar medidas mais duras da escola, como suspensão e expulsão, por exemplo. Dessa forma, observamos, em consonância com o pensamento de Sherry Ortner (2007), como as relações entre indivíduos e estruturas sociais são dinâmicas. De acordo com a perspectiva da autora, é necessário compreender como os indivíduos, mesmo em relações de poder assimétricas, encontram formas de resistência à ordem estabelecida. Assim, busco compreender as experiências escolares desses jovens sob a ótica da teoria da prática de Ortner (2007), focalizando desejos e intencionalidades de sujeitos subalternizados na vida social.

Yago é outro estudante com quem tive contato que revela como subverte as ordens de gênero resguardadas pela escola. “A bicha é fechosa” é a fala que antecede os contos e histórias relatadas pelo jovem. Segundo ele, gosta de ir à escola usando batom e salto alto, o que é interdito pela gestão, que alega a necessidade do uso do uniforme. Contudo, Yago conta que, vez ou outra, consegue utilizar os acessórios femininos que lhes são proibidos. Como relata, isso lhe causa problemas com alguns professores e a direção, mas sua capacidade de negociação, persuasão e bom humor conseguem “resolver o problema”, evitando, segundo conta, uma indisposição maior que possa lhe causar uma expulsão da instituição.

Seu amigo, Henrique, com quem pude conversar, que também é gay – algumas vezes se autodeclarando “bicha” – alega que gostaria de poder adotar um outro comportamento na escola, que queria ser mais “afrontosa”, como sua “amiga” Yago, mas, racionalmente, entende que se adequar às condutas esperadas – entenda-se, as normas de gênero – pode lhe render benefícios. Sabe da importância da escola e de ter boas relações com todos, principalmente com os professores, e afirma que essa é uma estratégia de convivência, mas que também consegue viver sua homossexualidade e a experiência de ser “bicha” na medida do possível, quando, por exemplo, “performa” o “bate cabelo²” no intervalo, atrás da quadra da escola, longe dos vigilantes olhos dos professores.

Muitos discursos, assim, apontam para a valorização da instituição escolar enquanto alicerce e arcabouço da delimitação do futuro. O estudante de dezesseis anos, Roberto, gay, que cursa o primeiro ano do ensino médio de uma das escolas investigadas acena para essa posição ao afirmar que “aguenta” os sofrimentos das vivências escolares por um objetivo

² Prática realizada, geralmente, entre as drag queens enquanto dançam. Consiste em movimentar rapidamente a cabeça ao som da música. Também utilizado, segundo os informantes, quando do encontro de várias bichas.

maior. De família extremamente precária, é consciente de que o futuro será resultado dos itinerários formativos que a educação pode lhe oferecer. Dessa forma, é pela projeção do porvir que Roberto suporta, todos os dias, os garotos da escola o chamarem de “viadinho” e outros apelidos que soam jocosamente para o riso daqueles ao redor. Da mesma maneira, Luma Andrade, a primeira travesti doutora brasileira (2012) e a primeira travesti professora universitária com cargo efetivo (2013) no país, afirma as dificuldades que enfrentou no seu percurso escolar. Olhando para trás, a autora relembra que “mesmo em um ambiente escolar de negação da minha forma de brincar e de ser, eu tinha um projeto que superava a dor física e psicológica que vivenciava diariamente: era estudar e aprender, objetivando conseguir um bom emprego para ajudar minha família” (ANDRADE, 2015, p. 57).

Contra a disciplina que opera tentando negar suas existências, seus corpos e subjetividades, há a contra-ofensiva desses estudantes dentro do exercício da autoridade. A agência, para Ortner (2007), se concretiza em um contexto de poder. A resistência à ordem empodera os sujeitos subversivos. Enquanto a escola busca expulsá-los do seu interior, alguns estudantes tecem agenciamentos e relações de não-assujeitamento, mostrando não serem despossuídos de agência, entendida aqui no campo de significado relacionado “com o fato de agir no contexto de relações de desigualdade, de assimetria e de forças sociais” (ORTNER, 2007, p. 58). A agência, para Ortner (2007), deve ser entendida fortemente vinculada à noção de poder, sobretudo quando analisamos situações relacionadas às relações de gênero, uma vez que, construída culturalmente, a agência é alvo de disputa na distribuição dos recursos de poder, onde historicamente mulheres, gays, lésbicas, bissexuais e travestis têm sofrido uma tentativa de alijamento total de sua capacidade de agir. Observamos, contudo, que as situações aqui exibidas mostram que os estudantes LGBT agem nas minúcias do cotidiano para fabricar uma ordem mais democrática e favorável a si mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto ora apresentado não possui a intenção de exaurir a totalidade da multifacetada realidade investigada, mas poder contribuir, através dos fragmentos discursivos apresentados, somados à discussão teórica acoplada aos dados obtidos, com a discussão acerca do espaço escolar e seus usos e significados dados por estudantes que fogem à norma dominante da sexualidade.

É notório como a escola e o tempo escolar são vividos sob o viés do sofrimento pelos sujeitos investigados, sobretudo para aqueles que mais se distanciam dos modelos

hegemônicos das normas de gênero. Suas experiências e itinerários são múltiplos, adotando diferentes táticas de permanência na escola. De uma forma de enfrentamento mais direto para um posicionamento mais velado ou mesmo a resignação em aceitar não viver como quer e expressar o que se é, os estudantes LGBT estão na escola, criando através da sua capacidade de agência (ORTNER, 2007) formas de resistir – ou não – às formas de opressão observadas no seu dia a dia e denunciadas nas suas falas. Quero chamar atenção, neste sentido, que não podemos homogeneizar as vivências escolares desses estudantes LGBT. Não podemos subsumi-las à mera dominação e sofrimento, uma vez que os sujeitos sociais, agindo nos seus cotidianos, resistem inventivamente à ordem estabelecida – ao mesmo tempo que, não podemos relativizar a homofobia que tais indivíduos sofrem nestes espaços, sintonizados com os ditames da heteronormatividade.

Faz-se necessário ampliar nossos horizontes analíticos, teóricos e empíricos no que concerne ao tratamento da escola em relação à diversidade – não só no que diz respeito a gênero e sexualidade, como também aspectos étnico-raciais, religiosos, de classe etc. Precisamos refletir sobre tais questões, sob pena de não o fazendo, naturalizarmos os sofrimentos que a homofobia escolar produz e sermos cúmplices, pelo silêncio, de um ainda maior distanciamento entre as diversas juventudes e a educação formal.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal do Ceará, 2012.
- ANDRADE, Luma Nogueira. **Travesti: ser doutora e educadora é possível**. In: BENTO, Berenice; FELIX-SILVA, Vladimir (Orgs) **Desfazendo o gênero: subjetividade, cidadania, transfeminismo**. Natal, EDUFRN, 2015
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamound, 2006.
- BENTO, Berenice. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença**. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 19 (2): 336, p. 549-559, maio/agosto, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC), Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais (INEP). **Projeto de estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar**. Relatório Analítico Final. São Paulo, 2009.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª ed, 2012.
- CONNEL, Robert. **Políticas da masculinidade**. **Educação e realidade**, v. 20, n. 2, 1995

COSTA NOVO, Arthur Leonardo. **O armário na escola**: regime de visibilidades de professoras lésbicas e gays. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade**, v. 1 “A vontade de saber”. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

LOURO, Guacira L. **O corpo educado**. Pedagogia da sexualidade. Autêntica. 2ª ed. Belo Horizonte, 2000.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes. **O diabo em forma de gente**: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal do Paraná, 2017.

ORTNER, Sherry. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, M; ECKERT, C; FRY, P. (Orgs). **Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas**. Brasília: ABA; Blumenau, Nova Letra, 2007.

ORTNER, Sherry. Uma atualização da teoria da prática. In: GROSSI, M; ECKERT, C; FRY, P. (Orgs). **Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas**. Brasília: ABA; Blumenau, Nova Letra, 2007.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, n. 42, 2014.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Bagoas, Natal, v. 5, p.18-44, 2010.

RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 1, 2017

RUBIN, Gayle. 1986. A circulação de mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo. **Nueva Antropologia**, vol. VIII, N.30. México, 1986

RUBIN, Gayle. A circulação de mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo. **Nueva Antropologia**, vol. VIII, N.30. México, 1986

VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **Cadernos Pagu**, n. 5, 2017

WACQUANT, L. Putas, escravos e ganhões: linguagem de exploração e de acomodação entre boxeadores profissionais. **Mana: estudos de antropologia social**, v. 6, n. 2, 2000.